

# Direitos humanos para as minorias

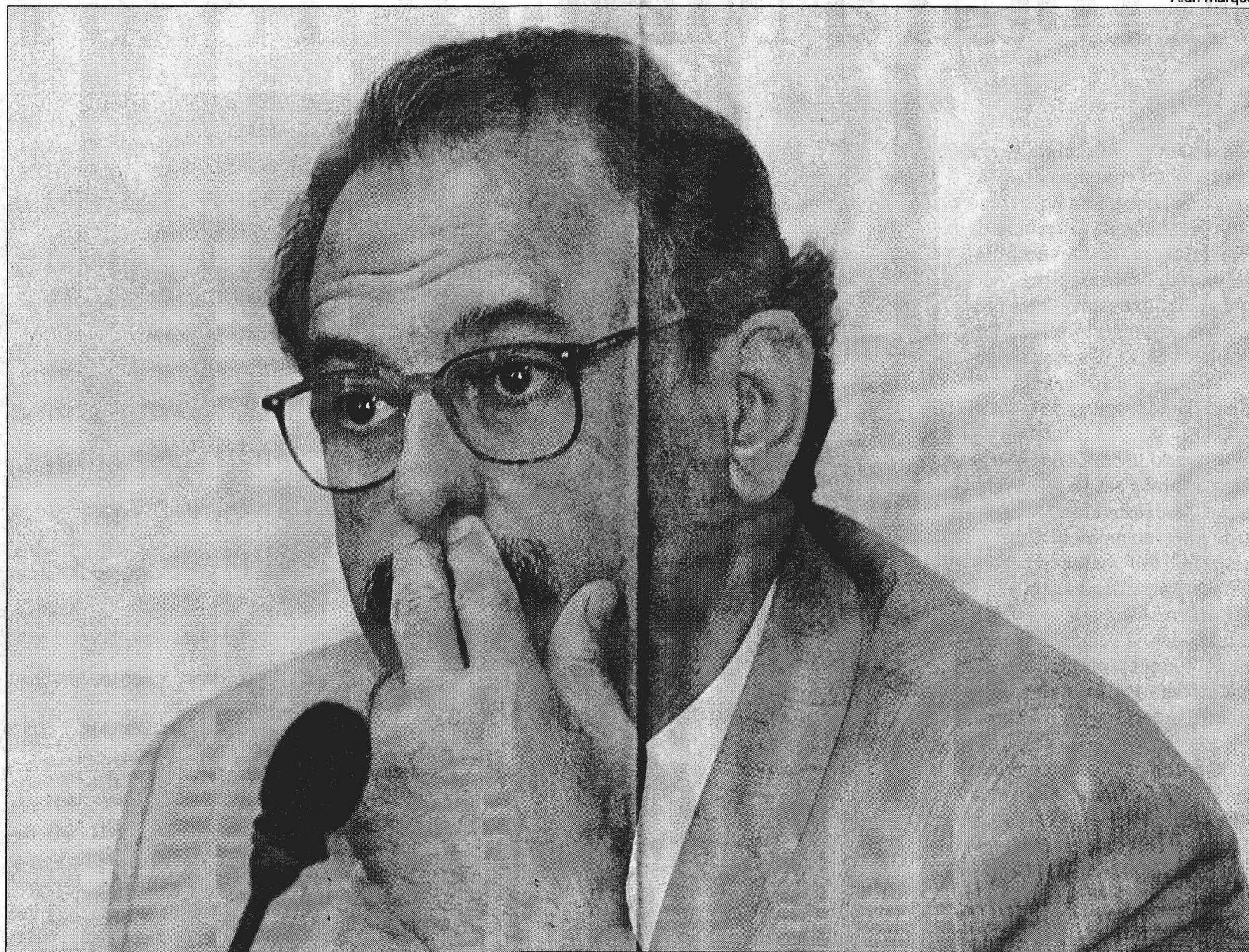
MEMÉLIA MOREIRA

Com ênfase ao combate à impunidade e violência rural e urbana no Brasil, o Governo lança hoje seu Plano Nacional de Direitos Humanos. Considerando as crianças, adolescentes, mulheres, negros, índios, trabalhadores e líderes sindicais rurais e homossexuais as vítimas preferenciais da violência, o Governo Federal quer, em articulação com os governos estaduais, organizar programas de prevenção contra as agressões que atingem esses grupos.

Anunciado pelo ministro da Justiça, Nélson Jobim, na reunião da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, no dia 25 de março, em Genebra, o plano já nasce frustrado. Na redação original constava a transferência de competência dos processos e julgamentos dos crimes cometidos por policiais militares para a Justiça comum. Na última quinta-feira, porém, o Senado rejeitou o projeto de autoria do deputado Hélio Bicudo (PT-SP), que tratava do assunto.

Na luta contra a impunidade, o plano quer federalizar as questões judiciais relativas aos direitos humanos. Com isso, se afastaria a hipótese do julgamento pelos tribunais estaduais dos crimes contra direitos humanos. A medida pretende evitar a pressão política local sobre os juízes estaduais. Esta proposta, entretanto, ainda deve ser aprovada no Congresso e foi anunciada com antecipação logo depois do massacre de 19 camponeses em Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril.

**Proteção** - Está previsto, ainda, um programa de defesa às vítimas e testemunhas de crimes, a exemplo do que já ocorre em outros países. Esta medida também só pode ser oficializada com a aprovação do Congresso.



O ministro da Justiça, Nélson Jobim, anunciou o plano na Europa. O Governo promete direitos negados a uma parcela da sociedade

so. Nos Estados Unidos, a proteção às testemunhas possibilitou romper a omertá (lei do silêncio) das organizações mafiosas.

Outro item condicionado à apro-

vação do Congresso diz respeito ao trabalho escravo. O plano prevê adequar a legislação penal para proibir esta prática. Na área do Executivo, o Governo vai reforçar os instrumen-

tos de fiscalização e criar, nas polícias, setores especializados em trabalho escravo e exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

A primeira providência, entre-

tanto, é o mapeamento da violência urbana e dos conflitos fundiários do Brasil. Há ainda outras providências (ver quadro) inclusive relativas aos crimes de trânsito.

Alan Marques

## O PLANO

- Projeto de lei sobre porte e uso de arma de fogo
- Criar e fortalecer corregedorias internas das polícias para evitar abusos
- Afastar do policiamento, policiais acusados de crimes contra direitos humanos
- Rever regulamentação da atividade dos serviços privados de segurança
- Apoiar projeto, em tramitação no Congresso, alterando o Código de Trânsito
- Fortalecer os Institutos Médicos Legais ou de Criminalística, adotando medidas que assegurem maior eficácia
- Criar o Conselho Nacional de Justiça, que se encarregará de fiscalizar o Poder Judiciário
- Implementar programas para corrigir condições inadequadas dos presídios, principalmente os dos grandes centros urbanos
- Promover educação e trabalho para os presos
- Instituir a concessão gratuita de registro de nascimento e de óbito para toda a população
- Instituir a Carteira Nacional de Identidade
- Propor legislação específica para punir a prática e a exploração do trabalho infantil
- Estimular política de adoção junto às famílias brasileiras
- Demarcar e regularizar terras indígenas
- Estabelecer política de proteção aos direitos civis de comunidades brasileiras no exterior
- Regularizar situação dos estrangeiros que se encontram no Brasil em caráter permanente
- Facilitar acesso de pessoas idosas a cinemas, teatros e espetáculos.